



JORNADAS DE JUNHO: uma análise partindo de suas especificidades para o geral

Carolina Almeida Siqueira
UFF - PUCG
c.almeidasiqueira@gmail.com

1 - INTRODUÇÃO

O próprio nome “Jornadas de Junho” leva a reflexão sobre a identidade do movimento, uma vez que esse termo tem sido utilizado majoritariamente pelos analistas do movimento. A mídia, por sua vez, recorre ao termo “manifestações” para classificar todos os acontecimentos do período, como pode-se observar nas manchetes dos sites de notícias e jornais. Poderiam também ser utilizados outros termos como “protestos”, “atos”, “marcha”. O termo “jornada”, entretanto, parece adequado para identificar o processo, visto que se tratou de uma série de movimentos repetidos dentro de uma espacialidade e temporalidade.

As Jornadas de Junho compreendem portanto todas as formas de manifestações ocorridas ao longo do ano de 2013 e estendendo-se até início de 2014. Foram as maiores manifestações ocorridas desde o movimento Caras Pintadas em 1992 pelo impeachment de Fernando Collor. Diferente das mobilizações já ocorridas anteriormente no Brasil, como também as Diretas Já (1983-84) e a Marcha dos 100 mil (1968), as Jornadas de Junho apresentaram novidades ao movimento social, com características bem diferentes das observadas nos outros movimentos. A característica mais marcante das Jornadas foi a adesão maciça da população e o aumento das demandas. Para além disso, a ausência de uma liderança política também foi um fator relevante, visto que neste momento o que mobilizou as pessoas para irem às ruas foi a comoção pelo sentimento, muito mais do que o compartilhamento de ideais, ideologias e preferências políticas. O descontentamento com o cenário político era geral.

A princípio os primeiros atos representavam a indignação com o aumento no preço das passagens de ônibus e levaram, a partir de março de 2013, pessoas às ruas em diferentes capitais. Com o tempo observou-se o que os protestos começaram a ganhar



maiores proporções e novas pautas. Incluíram-se no plantel de demandas a má qualidade dos serviços públicos, violência policial, corrupção, descontentamento com a política, gastos públicos com megaeventos e outros. Esses fatores mostram que as Jornadas não possuíam uma caráter de ação política definida, um direcionamento. A diversidade encontrada no perfil dos manifestantes refletia na pluralidade de demandas, com diversos anseios que eclodiram de uma só vez, demonstrando que a indignação e desencantamento com a conjuntura política do país já vinha de tempos e se acumulou a ponto de não explodir apenas um ponto por vez, mas sim diversos de uma só vez.

Um advento fundamental ao processo foi o papel das redes sociais. Mais do que um veículo capaz de engajar pessoas em determinadas ideias ou lugares, as redes sociais ocuparam também o papel de mídia alternativa durante todo o processo. Estabelecendo um comparativo com movimentos mais recentes, como Primavera Árabe (2011), a internet atuou com uma ferramenta capaz de mobilizar multidões e potencializar suas vozes. Dessa forma, o protesto, que já existia na internet, foi às ruas mas ainda assim permanecendo existente nas redes. Denúncias e exposições, especialmente ligadas a violência policial, eram publicadas e passíveis de serem repassadas com facilidade e rapidez. Essa exposição levou a um crescente sentimento de revolta que fez os protestos ganharem mais corpo e voz à medida do tempo. Para mais, conectados as redes surgiram diversas manifestações de apoio e solidariedade internacionais, em países como Alemanha, Irlanda, Canadá, Inglaterra, Portugal e outros. Isso evidencia novamente a forte caráter sentimental e empático que uniu as pessoas em torno dos protestos do longo Junho de 2013.

Nessa lógica observa-se que os movimentos sociais recentes não necessariamente vieram trazer em sua totalidade o novo, embora sejam constituídos de novas formas de se expressar e novas ferramentas de discurso (engajamento por comoção sentimental e protestos *on line*), o exercício da manifestação nas ruas se compõe tal como os já existentes movimentos. Foi a manifestação, mas especialmente a motivação para manifestar, que inovou e deu novos sentidos para as lutas sociais. A conjuntura política do período demonstra uma crise de representatividade sentida por todos os âmbitos da população, uma crise na democracia representativa que não mais correspondia aos ideais do povo acerca dos conceitos de ética e política. Isso explica o caráter multifacetado das manifestações, quando nota-se que o grande alvo dos protestos



não era um ou outro ponto que gerava insatisfação, mas sim o Estado como um todo e os precários serviços que oferece a população. O manifestante anseia por fazer valer a sua cidadania, o seu direito de habitar, vivenciar e usufruir do que a cidade tem para oferecer. Em sua obra *O direito à cidade*, o autor marxista francês Henri Lefebvre define o conceito de direito à cidade como:

Em condições difíceis, no seio dessa sociedade que não pode opor-se completamente a ele e que no entanto lhes barra a passagem, certos direitos abrem caminho, direito que definem a civilização (*na*, porém frequentemente *contra* a sociedade - *pela*, porém frequentemente *contra* a “cultura”). Esses direitos mal reconhecidos tornam-se pouco a pouco costumeiros antes de se inscreverem nos códigos formalizados. Mudaria a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura *o direito à cidade* (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada. aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais etc.). (LEFEBVRE, 2001, p. 138-139)

2 - OBJETIVOS

O objetivo deste artigo é colaborar para a compreensão da representação das Jornadas de Junho no Brasil no longo 2013, buscando entender seu conceito, suas origens e seus desdobramentos. A reflexão vai levar em conta principalmente o perfil dos manifestantes, os tipos de manifestações e as motivações para tais, que são os atributos-chave desta pesquisa. Para entender as Jornadas é necessário entender o conflito social, que é parte constitutiva das relações sociais e de poder¹. Entendemos o conflito como “uma manifestação concreta das contradições e relações de poder, [...] um momento específico da luta de classe em uma sociedade capitalista.” (SILVA; TRAMONTANI; RODRIGUES; SANTOS, 2016). É, portanto, em torno do conflito que se coloca a investigação, entendendo que “o conflito social é expressão das

¹ Tramontani Ramos, Tatiana. A geografia dos conflictos sociais da América Latina e Caribe. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003. p. 2.



mudanças *em ato* e, portanto, é a expressão das tensões e contradições da própria ordem social que constitui na própria medida que transforma.” (TRAMONTANI, 2003, p. 2).

Tendo em vista que o objetivo do conflito é promover alguma transformação, observam-se ao longa da história diversas manifestações que buscaram e promoveram tais mudanças. Sob esse ponto, essa produção visa analisar as Jornadas de Junho com intuito de compreender se os seus objetivos possuíam consistência para que se fossem produzidos efeitos concretos ou se foram apenas uma explosão momentânea. Observa-se também a conjuntura do momento vivenciado, compreendendo a espacialidade e a dialética dos processos históricos que originaram os motivos de tais conflitos. Em seu artigo, o autor Glauco Bruce Rodrigues coloca:

Quando atribuímos aos ativismos a centralidade do protagonismo, não podemos nos esquecer que não existe protagonista sem antagonista, logo, o conflito, as lutas e as contradições são os elementos centrais da análise geográfica, levando em consideração o movimento amplo e total da sociedade, explicitando as relações de poder e a luta de classes. [...] Assim, esperamos poder contribuir com uma forma de compreender a sociedade brasileira e seu processo de formação territorial a partir das lutas, dos conflitos e dos ativismos, retirando do Estado e das classes dominantes o monopólio da ação e, dessa forma, superando o olhar de sobrevoos². (RODRIGUES, 2015, p. 244)

Por objetivo específico essa pesquisa tem o intuito de analisar através da pormenorização dos tópicos “Tipos de Manifestação” e “Protagonistas” a relação manifestante e forma de manifestar, perpassando a motivação por detrás de cada conflito e buscando entender como os motivos se ligam diretamente ao agente do conflito e o conflito em si. Essa análise vai levar em conta também a periodização, colocando os enfrentamentos em uma linha do tempo para fazer o exame da sua evolução no período, contemplando as recorrências e as disparidades.

² O termo aqui é utilizado na obra de Marcelo Lopes de Souza *Geografia: a hora e a vez do pensamento libertário*. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, n. 38, p. 15-34, maio 2012. A expressão refere-se ao predomínio da análise centrada nas grandes estruturas socioeconômicas e políticas apropriadas de forma hegemônica pelas classes dominantes, negligenciando a capacidade de ação dos demais protagonistas sociais. (RODRIGUES, 2015, p. 243)



3 - METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa envolve principalmente o uso de fontes midiáticas, como reportagens de jornais, revistas, testemunhos de manifestantes, vídeos e fotos dos conflitos que permitam analisar sob diferentes pontos de vista um mesmo antagonismo. Através dessas fontes midiáticas, dossiês e da classificação dos conflitos elaborada na obra *Brasil em Movimento: Reflexões a partir dos protestos de junho* organizado por Maria Borba, Natasha Felizi e João Paulo Reys, foi praticável produzir uma tabela relacionando todos os conflitos observados no Brasil durante o ano de 2013 até início de 2014. Essa tabela nos permite que debruçamos sobre ela para analisar com maior atenção cada um dos seus atributos, envolvendo um total de 12 atributos (motivo; protagonista; antagonista; organização; manifestação; estratégia de repressão; escala; escala política; natureza sociogeográfica; pessoas detidas; número de pessoas no protesto; observações), e possibilita que essa pesquisa se desenvolva, sendo um instrumento de auxílio para comparar momentos, protagonistas, motivos e manifestações de forma propícia para que se faça a ligação entre esses.

Para além disso foram utilizadas também obras de variados autores que serviram para base teórica do projeto e entendimento acerca de alguns conceitos. Entre as principais obras podemos citar *O direito à cidade* de Henri Lefebvre, *Nem Partidos, Nem Sindicatos: A Reemergência das Lutas Autônomas no Brasil* de Lucas Maia, *SMH 2016, remoções no Rio de Janeiro Olímpico* de Lucas Faulhaber, além de variados artigos de diversos autores que trabalharam o tema Jornadas de Junho ou conceitos chave como movimentos sociais, ativismo, conflitos sociais e outros. Essa base teórica foi essencial para possibilitar a reflexão sobre as Jornadas e buscar alcançar os objetivos propostos por esse trabalho. Dessa forma, a análise dos dados levantados se deu através de tabela produzida, pensando criticamente sob seus atributos e comparando conflitos divergentes nas diferentes regiões e momentos, perpassando por essa leitura teórica dos conceitos apreendidos através dos autores trabalhados.

4 - RESULTADOS PRELIMINARES



A análise acerca dos tipos de manifestação permite compreender como os grupos sociais se organizaram para reivindicar suas reclamações. Com o uso de uma tabela produzida com base em notícias veiculadas pela mídia, hegemônica ou alternativa, foi possível sistematizar as mobilizações que ocorreram no país e até fora dele e a forma como foram feitas. Nota-se uma predominância de atos públicos/passeatas compondo a grande maioria das formas de manifestações e por vezes gerando como consequência outras formas, por exemplo: bloqueio de ruas e depredação de propriedades públicas e/ou privadas. Os atos públicos e passeatas foram o foco das atenções, sendo veiculadas por todas mídias e mostrando a força e voz do povo frente aos antagonistas. A visibilidade das Jornadas advém justamente desses grandes atos, que surpreenderam a conjuntura política e a própria sociedade. Há tempos não se via uma mobilização com tamanha força e muito provavelmente poucos acreditavam que algo dessa proporção poderia acontecer.

Como decorrência dos atos observam-se os agentes interferindo neste quadro, com as repressões policiais, por exemplo, chamando maior atenção para o momento vivido e agregando mais pessoas em torno do movimento. Dados estatísticos obtidos revelam que em seu ápice as manifestações eram compostas por jovens de até 25 anos, de classe média e sem experiência política anterior. Nesse contexto, 84% não declararam alguma preferência partidária e 71% nunca haviam participado de alguma manifestação de rua (KROHLING, LACERDA, 2014). O pluralismo temático atenta para o anseio por uma melhoria coletiva, excluindo até certo ponto algumas limitações como diferentes classes sociais ou segmentos políticos diferentes. Nota-se aí novamente o exercício de direito à cidade, uma busca por dar a ela uma nova forma que seja menos fragmentada e desigual. Esta falta de um direcionamento ou pauta única evidência uma diferença desse movimento para os outros já observados na história, marcando o movimento como uma série de explosões movidas pelo momento vivenciado e pelo descontentamento que vinha se arrastando. No texto de Maurilio Lima Botelho *O MUNDO COMO IMAGEM E MOBILIZAÇÃO: Notas às “Primeiras Impressões” sobre as Manifestações*, o autor coloca:

Num primeiro momento, puxado pelo Movimento Passe Livre (MPL), os protestos em São Paulo, Porto Alegre e, em parte, no Rio, tiveram mais ou



menos as mesmas características daqueles realizados em anos anteriores, isto é, estudantes secundaristas e universitários mais politizados, grupos e partidos de esquerda. Conforme a mídia destacava a repressão policial e, em virtude da Copa das Confederações, os protestos ganhavam mais adeptos, um caráter predominante de classe média ficou mais evidente (principalmente na semana de 16 a 22/06). Nas semanas seguintes, contudo, movimentos sociais de sem-terras, sem-tetos e pequenos agricultores ganharam às ruas das periferias e cidades do interior. Uma grande manifestação de moradores da Rocinha, no dia 25/06, caminhou até a casa do governador Sérgio Cabral, assim como outras favelas também realizaram atos nos dias posteriores. No dia 22/06, antes mesmo de arrefecer o ímpeto dos protestos, a imprensa já registrava mobilizações em 438 cidades do país e 2 milhões de participantes. (BOTELHO, 2013, p. 122)

Uma peculiaridade a ser observada é que o caráter multifacetado das manifestações estava presente principalmente em protestos macro como atos e passeatas. Manifestações de cunho micro eram normalmente voltadas para uma reivindicação única e organizada por agentes que estavam mais diretamente envolvidos no processo, por exemplo, moradores reclamando políticas públicas de habitação, assalariados reivindicando melhores condições de trabalho e salário através de greves, indignação com a corrupção e o Governo Sérgio Cabral (movimento #OcupaCabral) que objetivava a renúncia do governador através de acampamentos, e outros. E, nas grandes mobilizações, todos esses grupos se uniam formando uma massa multissetorial, com estudantes, professores, assalariados, moradores, indígenas, classe média, grupos de esquerda, anarquistas, grupos LGBT, religiosos, grupos de direita e jovens num geral. O fato é que, “as manifestações foram uma *síntese da complexidade social brasileira*.” (BOTELHO, 2013, p. 123).

Tendo em vista que o objetivo dessa reflexão é compreender o movimento social em questão, se faz necessário entender que “apreender a espacialidade dos ativismos sociais implica realizar a análise dos atributos que os constituem.” (RODRIGUES, 2015, p. 249). As formas de manifestação constituem um desses atributos e referem-se “as práticas, ações e estratégias desenvolvidas pelos ativismos para alcançar seus objetivos.” (RODRIGUES, 2015, p. 249). O gráfico abaixo permite com maior clareza a reflexão acerca das formas de manifestações observadas:



Gráfico elaborado pela autora Carolina Almeida Siqueira em Agosto/2016

Concordando com o autor Carlos Walter Porto Gonçalves em sua colocação, entendemos que

a expressão movimento social ganha, assim, para nossa compreensão das identidades coletivas um sentido geográfico muito preciso: é que o vemos como aquele processo através do qual um determinado segmento social recusa o lugar que, numa determinada circunstância espaço-temporal, outros segmentos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais (Bourdieu) que já dispõem tentam lhe impor e, rompendo a inércia relativa em que se encontravam, se mobilizam movimentando-se em busca da afirmação das qualidades que acreditam justificarem sua existência (GONÇALVES, 1999, p. 69).

As Jornadas de Junho representaram portanto esse momento no qual a sociedade expressava através de sua indignação e revolta que não mais queria ocupar o espaço que



lhe era imposto. Ou seja, “os movimentos sociais indicam, rigorosamente, mudança (movimento) de lugar (social), sempre recusando o lugar social que lhes são impostos por uma ordem sócio-espacial hegemônica.” (GONÇALVES, op. cit.). As manifestações eclodiram, assim, como um grito desesperado, tenho em vista que uma das expressões mais utilizadas durante todo o movimento foi “O gigante acordou”, que leva a entender que embora adormecida e sem voz por tanto tempo, a população ainda estava ali e não mais ia deixar o Estado passar por cima dos seus direitos. Isso fica claro também quando olhamos para a gama diversificada de perfis dos manifestantes, evidenciando que não era uma bandeira ou segmento social que não estava mais disposta a aceitar essa situação, mas toda uma nação que se uniu por um bem e anseio coletivo. Como muito bem exposto no texto de Maria da Glória Gohn,

Os novos movimentos sociais dos jovens são movimentos sociais e só poderão ser considerados como em transição para movimentos políticos desde que se entenda a política de forma diferente da atualidade. A política como arte de construção do bem comum. O movimento expressa uma profunda falta de confiança em toda forma de política e na categoria de políticos. Por isso, sua mensagem foi respondida por milhares que se uniram a eles, indo às ruas. Eles querem outro país, onde a ética e a política andem juntas. Querem uma revolução na forma de operar a política, e não uma reforma ou remendo no que existe. (GOHN, 2014, p. 435)

O que resta a se pensar é se todo esse movimento e revolta serão consistentes o suficiente para gerar efeitos concretos e mudanças esperadas. Observamos nas Jornadas um forte caráter de empatia em vários momentos, como nas manifestações em outras partes do mundo em solidariedade, na adesão maior da população após ver nas redes a violência policial desmedida... Diferente dos movimentos sociais já observados, não havia nas Jornadas um direcionamento político, uma liderança ou objetivo definido e portanto não é plausível caracterizá-lo como um movimento político, mas sim um movimento social com o intuito de provocar uma transformação cultural especialmente nesta “cultura” de que o Brasil é apenas bagunça ou futebol e carnaval. As Jornadas vieram para mostrar que a população já não mais estava satisfeita com o “jeitinho



brasileiro” e que está ainda viva para reclamar o seu direito de qualidade de vida e sua dignidade. Manuel Castells conceitua como:

movimentos emocionais e que se unem pela recuperação de uma dignidade que se perdeu. Às vezes eles começam pequenos e parecem que se mobilizam por pouca coisa, mas que funcionam como apenas uma gota a mais em uma indignação que existe em todos os setores sociais, que as pessoas não aguentam mais. (CASTELLS, 2013, p.4)

Essa definição de Castells se encaixa muito bem as Jornadas de Junho, que começaram pelo aumento do preço da passagem de ônibus mas logo assumiram maiores proporções mostrando que “não é só pelos R\$ 0,20”. Com a evolução das manifestações vemos nos meses de Junho e Julho as maiores mobilizações que levaram milhões às ruas em diversas cidades por todo o país. Nos meses que se seguiram, chegando até início de 2014, ainda observamos protestos, embora menores, como decorrência das grandes manifestações. Passam a predominar, entretanto, outras formas de se manifestar, como greves. Aí observa-se uma mudança, onde o movimento então passa a ter um caráter mais político, uma vez que a greve suspende, mesmo que por um período de tempo, uma forma de organização social do trabalho. Nesse ponto, podemos entender que a mobilização social pode ter servido de despertar para uma série de mobilizações políticas. Isso mostra que houve uma continuidade, agora com objetivos mais específicos, e que as Jornadas embora rápidas e intensas, marcaram a sociedade na sua esfera mental, acordando a população para voltar a colocar sua voz como ativa na condução do país.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscamos analisar as Jornadas de Junho nos anos de 2013 e 2014, buscando focalizar em alguns atributos-chave para buscar compreender de forma mais clara o papel dessas manifestações no país. Tais manifestações, que se deram majoritariamente no espaço urbano, trouxeram diversas pautas que reclamavam o direito ao uso da cidade em oposição ao seu valor de troca. Podemos “pensar o urbano



como uma multiplicidade de elementos heterogêneos que entram em relação uns com os outros” (TRAMONTANI, 2003, p.17), o que explica como um mesmo movimento foi capaz de abrigar tantos diferentes perfis e pautas. A cidade e seus espaços se tornaram palco das reivindicações, renovando o papel de diversas praças e ruas, agregando a elas esse valor simbólico de espaço de luta, de conflito, de exercício da cidadania. Mas do que dar voz ao povo, as manifestações deram voz às cidades e seus espaços, mostrando que o papel do grande antagonista em todo esse processo, o Estado, é de garantir que a população tenha acesso digno ao que lhe é de direito, ou seja, aos locais que cabem a sociedade ocupar. Ainda seguindo a linha de pensamento da autora Tatiana Tramontani, “os movimentos sociais urbanos são entendidos como uma resposta às carências e desigualdades estruturais do capitalismo responsáveis pela segregação socioespacial, concentração de equipamentos coletivos em áreas ricas e de classe média, etc.” (TRAMONTANI, 2003, p.24)

Buscamos também identificar características marcantes das Jornadas, que ao mesmo tempo as diferenciava dos demais movimentos observados na história, mas que aproximava das novas formas de se mobilizar observadas nos movimentos do século XXI. Essas similaridades e disparidades servem para promover o pensamento crítico e entender se estão surgindo novos movimentos sociais ou se trata-se de uma adequação dos ativismos sociais à tecnologia e inovações do período.

Podemos entender que as Jornadas tiveram sim seu papel significativo para o país e merecem portanto ter seu prestígio. Muito embora tenha marcante a peculiaridade de ter ganhado força e adeptos rapidamente, ao passo que sua intensidade também diminuiu na mesma rapidez, essa característica, entretanto, não extrai sua importância para os campos social, mental e político do país. Ainda que através de certos pontos de vista pareçam ter sido explosões momentâneas que devido a uma falta de organização não conseguiram alcançar objetivos concretos, sob uma outra ótica podemos compreender que as manifestações de Junho de 2013 tiveram um precioso papel no âmbito social, sendo capaz de promover transformações profundas que possam atingir futuramente os setores político e econômico. As Jornadas de Junho ficam então, nesse contexto, marcadas como um momento de ruptura do silêncio que vigorava no país há mais de duas décadas e serve de ponto de partida para futuras mudanças a serem propostas e possivelmente alcançadas.



6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORBA, M., FELIZI, N., REYS, J. P. Brasil em Movimento: Reflexões a partir dos protestos de junho. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2014.
- BOTELHO, Maurilio Lima. O Mundo como Imagem e Mobilização: Notas às “Primeiras Impressões” sobre as Manifestações. Revista Continentes (UFRRJ), ano 2, n.3, 2013.
- CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança. In: Seminário Fronteiras do Pensamento, São Paulo, apud MATIAS, Alexandre. O ponto em comum entre a praça Taksim e avenida Paulista. Revista Galileu, 12 jun. 2013, p.1-4.
- GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A territorialidade seringueira. Geographia, Niterói, ano 1, n. 2, p.67-96, dez. 1999.
- KROHLING, A., LACERDA, M. Os novos movimentos sociais e as jornadas de junho no Brasil. Vila Velha. 2014. Disponível em: periodicos.ufes.br/SCSUFES/article/download/8564/6018. Acessado em: Abril/2016
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. Geografia histórica e ativismos sociais. GeoTextos, vol. 11, n. 1, julho 2015. G. Rodrigues. 241-268.
- SILVA, S., TRAMONTANI, T., RODRIGUES, G., SANTOS, L. Topografias da ação: território e conflitos sociais no Norte-Fluminense. Edital FAPERJ N° 04. Rio de Janeiro. 2016.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Geografia: a hora e a vez do pensamento libertário*. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, n. 38, p. 15-34, maio 2012.
- TRAMONTANI, Tatiana. A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003